

Teoria do valor-trabalho: do ideário clássico aos postulados marxistas

Lauro Mattei

*Doutor em Economia pelo IE-Unicamp e Professor
Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.*

Resumo

O texto faz uma discussão crítica da teoria do valor-trabalho nas obras dos principais autores “clássicos”, contrapondo-a com as formulações de Marx. A teoria marxista representa um novo ciclo do pensamento econômico em relação ao passado, ao definir que somente o trabalho humano tem a capacidade de criar valor, perdendo sentido, portanto, a contraposição simples do trabalho ao capital.

Palavras-chave

Teoria do valor; economia clássica; teoria marxista.

Abstract

The article make a critical discussion about value theory in the main authors of classical economics in opposite a formulation of marxism value theory. The marxism value theory represent a new cycle of economic history related with the past tehory, because Marx theory define that only the human job has a capability to create a value. So dosen't make a sense to oppose the simple job into the capital.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 19.07.02.**

1 - Introdução

A temática do valor na obra de Marx é reconhecidamente um dos aspectos mais controversos e, por isso mesmo, uma das partes que mais foi estudada e debatida. Pode-se afirmar que, desde a publicação de **O Capital**, foi consumida uma enorme quantidade de tempo para se entender aquilo que o próprio Marx caracterizou como uma das partes mais difíceis de sua obra.

Assim, já no prefácio da primeira edição de **O Capital**, Marx alerta que sua obra não contém dificuldades de compreensão, exceto a parte referente à forma do valor, justificando esse fato ao dizer que

“(...) todo começo em qualquer ciência é difícil, por isso o capítulo primeiro é o que oferece as maiores dificuldades de compreensão, notadamente a seção que contém a análise da mercadoria. Nele procurei expor, com a maior clareza possível, o que concerne especialmente à análise da substância e magnitude do valor. A forma do valor, a qual tem no dinheiro sua figura acabada, é muito vazia e simples. Apesar disso, tem o espírito humano, há mais de dois mil anos, tentado em vão devassá-la, embora conseguisse analisar, pelo menos com aproximação, formas muito mais complexas e ricas de conteúdo. Por quê? Porque é mais fácil estudar o organismo como um todo do que as suas células. Além disso, na análise das formas econômicas não se podem utilizar microscópios e nem reagentes químicos. A capacidade de abstração é que substitui esses meios. Assim, a célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida pela mercadoria” (Marx, v. I, p. 4).

Desse modo, Marx assume que a mercadoria é a célula econômica da sociedade capitalista, porque ela é a forma em que se apresenta, nessa sociedade, o produto do trabalho humano, o qual se expressa na forma valor, ou seja, a mercadoria apresenta-se, na sua forma natural, como valor de uso e, na sua forma social, como valor. Partindo desse pressuposto, Marx procurou estudar o modo de produção capitalista e as relações de produção dele decorrentes. Nesse caso, as contradições sociais advindas das leis gerais do sistema capitalista, além dessas próprias leis e de suas tendências, eram as questões mais relevantes. Nessa lógica, a mercadoria passou a ser seu objeto de estudo prioritário, porque ela adquire valor não pelas suas propriedades naturais, mas por causa das relações sociais de produção que se estabelecem. Esses parâmetros permitiram a Marx analisar o valor a partir das igualdades existentes no processo de troca, destacando a conexão entre a substância de valor (aspecto qualitativo que advém do trabalho abstrato) e a determinação de sua magnitude (aspecto

quantitativo que depende da quantidade de trabalho gasto no processo de produção).¹

Nesse sentido, este texto tem por objetivo sistematizar alguns aspectos relevantes do debate sobre a teoria do valor, tentando mostrar as diferenças básicas entre as concepções dos autores “clássicos” e a concepção “marxista”, considerada, neste ensaio, como uma nova forma de articular o pensamento econômico comparativamente às formulações anteriores. Para tanto, a segunda seção recupera as idéias teóricas dos principais autores “clássicos”, enquanto a terceira seção apresenta as principais contribuições de Marx, procurando destacar, ao mesmo tempo, a crítica marxista ao mundo clássico, especificamente no que diz respeito à teoria do valor-trabalho, e a afirmação dessa nova teoria no âmbito da obra **O Capital**. Finalmente, a quarta seção apresenta, de maneira resumida, os principais elementos que impulsionaram e intensificaram o debate sobre a teoria do valor, ressaltando as principais diferenças das formulações de Marx em relação aos autores “clássicos”.

2 - As principais idéias e formulações dos “clássicos”

A “Escola Clássica”² formulou sua base teórica ao longo de quase um século, porém sem uma unidade interna ao redor de um líder, a exemplo de outras escolas, como os fisiocratas, que tiveram em Quesnay seu maior expoente. Essa falta de unidade pode ser observada nas freqüentes divergências entre os trabalhos dos principais autores, com destaque para a teoria do valor-trabalho de Smith e Ricardo em relação à teoria da utilidade de Say ou Mill, para a lei de mercado de Say em relação às formulações de Malthus, para a análise do processo de expansão econômica de Smith em relação à análise do bloqueio do crescimento explicitado em Ricardo, etc.

Apesar dessas divergências, essa escola conseguiu se constituir em uma comunidade real de pensamento, todavia com uma matriz fortemente doutrinária devido ao seu apego às idéias do capitalismo liberal (livre mercado e liberdade à iniciativa privada). Dentre as obras mais importantes, destacam-se o

¹ Ao construir esse arcabouço teórico, Marx colocou em relevo, também, a questão da transformação do valor em preço da produção — o chamado “problema da transformação” —, que continua controverso até os dias atuais. Entretanto, em função dos objetivos do trabalho e da limitação de espaço, essa questão não será aprofundada neste ensaio.

² Expressão definida por Marx para distinguir as obras de Smith e de Ricardo do que chamou de “economia vulgar”, isto é, dos pensadores posteriores a Ricardo, que tentaram formular uma teoria apresentando o capitalismo como um sistema embasado na cooperação de classes e não na sua oposição.

Ensaio sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações, de Adam Smith; os **Princípios de Economia Política e de Tributação**, de David Ricardo; o **Ensaio sobre o Princípio da População**, de Thomaz Malthus; o **Tratado de Economia Política**, de Jean-Baptiste Say; e os **Princípios de Economia Política**, de John Stuart Mill.

De um modo geral, a preocupação básica dos autores "clássicos" era entender o sistema econômico e a forma de repartição da riqueza entre as distintas classes sociais. Esses autores acreditavam que a riqueza de uma nação era resultado do trabalho de seus cidadãos e que o valor de troca das mercadorias refletia o esforço despendido na produção das mesmas.

Para atender aos propósitos deste ensaio, as análises e as discussões ficarão restritas às obras de Smith e de Ricardo, particularmente no que diz respeito às formulações sobre o valor. Assim, pretende-se apresentar, primeiramente, as explicações de cada um dos autores sobre o "valor", bem como as próprias contradições internas ao mundo "clássico", para, posteriormente, confrontar essas formulações com o arcabouço teórico marxista.

2.1 - A teoria do valor de Adam Smith

Na obra **A Riqueza das Nações**, Smith formula uma teoria que, ao mesmo tempo, se opõe ao protecionismo mercantilista e sedimenta as bases do liberalismo econômico. Nela se encontram também os elementos básicos constitutivos da economia política, uma vez que o autor consegue reunir, de forma original, um conjunto de explicações que se transformaram em um grande painel sobre desenvolvimento econômico e na defesa de uma determinada noção de riqueza. Daí a razão de Smith ser considerado "o pai da economia política".

Para o autor, a economia política é um ramo da "ciência do estadista ou legislador", devendo comportar dois objetivos distintos: proporcionar mercadorias e rendas abundantes para o conjunto da população e fornecer ao Estado uma renda suficiente para os serviços públicos. Com isso, essa ciência ajudaria a enriquecer tanto o povo como o soberano. No entanto, a provisão abundante de mercadorias decorre de regras privadas de conduta, não competindo ao Estado senão zelar para que a concorrência entre os indivíduos e os capitais seja viabilizada. Nessa lógica, o liberalismo econômico é o sistema produtivo mais apto a elevar a riqueza e a promover o bem-comum da sociedade.

Essa *démarche* começa a ser explicitada pelo autor já na **Introdução e Plano da Obra**, onde aparece com clareza o seu entendimento sobre o que seria a "riqueza das nações":

"O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que

consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações. Conforme, portanto, essa produção, ou o que com ela se compra, estiver numa proporção maior ou menor em relação ao número dos que consumirão, a nação será mais ou menos bem suprida de todos os bens necessários e os confortos de que tem necessidade. Essa proporção deve em cada nação ser regulada ou determinada por duas circunstâncias diferentes: primeiro, pela habilidade, destreza e bom senso com os quais seu trabalho for geralmente executado; segundo, pela proporção entre o número dos que executam trabalho útil e o dos que não executam tal trabalho” (Smith, 1988, p. 11).

Desse ponto de partida conceitual, podem ser abstraídos alguns aspectos decisivos em relação à temática da obra smithiana, com destaque para:

- a) a riqueza das nações consiste naquelas coisas úteis e necessárias de que ela dispõe, e somente o trabalho é capaz de proporcionar essas coisas;
- b) a troca é o instrumento através do qual se obtêm as mercadorias necessárias;
- c) a disponibilidade dos bens necessários é condicionada pela relação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, além da eficiência do trabalho produtivo, pois, quanto maior o trabalho produtivo, maior será a acumulação de capital de uma nação.

Ao definir o trabalho como a força produtiva geradora da riqueza, Smith passa a discutir, imediatamente, as causas que aceleram a produtividade do mesmo. Por essa razão, a obra inicia com o tema da “divisão do trabalho”, pois “(...) o maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado parecem ter sido resultados da divisão do trabalho” (Smith, 1988, p. 17).

Além disso, essa divisão do trabalho é considerada como responsável pelo bem-estar da população, pois “(...) é a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios — multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho — que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até às camadas mais baixas do povo” (Smith, 1988, p. 21).

Finalmente, é nela que desemboca a predisposição humana à troca, a qual advém, por sua vez, da busca individual do benefício, pois, “(...) como é por negociação, por escambo ou por compra que conseguimos uns dos outros a maior parte dos serviços recíprocos de que necessitamos, da mesma forma é essa mesma propensão ou tendência a permutar que originalmente gera a divisão do trabalho” (Smith, 1988, p. 25).

Dessa forma, observa-se que os temas da divisão do trabalho e da troca são as premissas básicas que irão dar consistência à teoria do valor, que é explicitada na seqüência da obra. Segundo Bianchi (1981), ao explicar o mecanismo de troca das mercadorias, uma vez que as mesmas são, para Smith, essencialmente produto de trabalho, esse autor pode começar a adotar uma teoria do valor e, mais precisamente, pode fazer esse valor depender de certa quantidade de trabalho, o que destaca, nitidamente, sua formulação das anteriores, especialmente da dos mercantilistas.

No processo de troca das mercadorias, a palavra valor adquire um duplo sentido: às vezes, refere-se às mercadorias que têm apenas valor de uso (aspecto relacionado à utilidade do produto) e, às vezes, às mercadorias que possuem valor de troca (aspecto relacionado ao poder de compra da mercadoria).³ Nesse caso, era necessário investigar os princípios que regulavam o valor de troca das mercadorias, o que permitiu ao autor enunciar sua lei do valor nos termos como segue: "(...) o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não pretende usá-la ou consumi-la ela própria, senão trocá-la por outros bens, é igual a quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar" (Smith, 1988, p. 36).

Em decorrência dessa formulação, o trabalho passa a ser considerado a medida real do valor de troca de todas as mercadorias, uma vez que o valor de troca de uma mercadoria depende da quantidade de trabalho que essa mercadoria pode comandar (dominar), com a consequência de que a quantidade de trabalho que determina o valor de uma mercadoria depende do "valor do trabalho" ou salário.

Esse aspecto fica bem explícito na passagem seguinte, quando Smith diz que

"(...) os bens contêm uma certa quantidade de trabalho que permutamos por aquilo que, na ocasião, supomos conter o valor de uma quantidade igual. O trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por todas as coisas. Não foi por ouro nem por prata, mas pelo trabalho que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo; e o valor dessa riqueza, para aqueles que a possuem e desejam trocá-la por novos produtos, é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá condições de comprar ou comandar" (Smith, 1988, p. 36).⁴

³ Na verdade, esse é o famoso paradoxo da água e do diamante, pois existem bens que têm o mais alto valor de troca e pouco ou nenhum valor de uso e vice-versa.

⁴ Esse é um dos pontos sobre os quais Ricardo irá dirigir parte de suas críticas a Smith, conforme se verá mais adiante.

Segundo Coutinho (1987), com essa formulação, o autor dá seguimento à idéia de que a riqueza individual depende do poder de compra sobre as mercadorias produzidas por mãos alheias. Com a divisão do trabalho, os bens necessários à provisão advêm, cada vez menos, do próprio trabalho e, cada vez mais, do trabalho dos outros. Assim, num ambiente teórico em que o valor se subordina à riqueza, o trabalho comandado é a própria medida do valor.⁵

De uma maneira geral, pode-se dizer que a teoria do valor, nos termos formulados por Smith, apresenta duas dimensões básicas. A primeira é ressaltar o trabalho como medida de riqueza e não mais os metais, que passam para um plano inferior no universo das riquezas; e a segunda é destacar o caráter cooperativo da sociedade comandada pelo processo de divisão do trabalho, onde a troca de mercadorias revela o seu significado ímpar: troca-se trabalho por trabalho.

Além disso, essa teoria abrange três temas distintos: a substância do valor, a medida invariável do valor e o trabalho comandado. No primeiro caso, o autor reafirma o caráter criativo do trabalho, ao conferir valor às mercadorias. No segundo caso, conforme já foi citado anteriormente, ao considerar o trabalho como medida invariável do valor⁶, Smith está fazendo uma contraposição ao mercantilismo, cuja riqueza era medida em moedas metálicas, as quais sofriam variações nos seus valores.

Finalmente, a idéia do trabalho comandado remete aos temas da riqueza e do poder nas sociedades mercantis e constitui a essência da teoria do valor, uma vez que a divisão do trabalho e a troca fazem com que a sociabilidade, nessas sociedades, seja, necessariamente, obtida através da troca de mercadorias, a qual nada mais é do que a troca de trabalho por trabalho.

⁵ “Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. Todavia, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho dos outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de comprar.” (Smith, 1988, p. 36).

⁶ Para Smith, o trabalho é uma medida invariável de valor, porque esforço e sacrifício, em todos os tempos, equivalem a esforço e sacrifício. Desse modo, “(...) pode-se dizer que quantidades iguais de trabalho têm valor igual para o trabalhador, sempre e em toda a parte. Estando o trabalhador em seu estado normal de saúde, vigor e disposição, e no grau normal de sua habilidade e destreza, ele deverá aplicar sempre o mesmo contingente de seu desembaraço, de sua liberdade e de sua felicidade” (Smith, 1988, p. 38).

2.2 - A teoria do valor de David Ricardo

Para Ricardo, uma das principais questões da economia política era determinar com precisão as leis que regulavam o **processo de distribuição da riqueza** entre as classes sociais (definidas por ele, na última versão de sua obra de 1821, como sendo apenas duas: os capitalistas e os trabalhadores, uma vez que os proprietários de terra passaram a ser agrupados na classe dos capitalistas — implicando que a renda da terra passou a ser vista como uma parte da riqueza advinda da relação entre capital e trabalho), e não mais as “origens e causas da riqueza das nações”, como em Smith.

Essa mudança de enfoque fica explícita no prefácio de **Princípios de Economia Política e de Tributação**, quando Ricardo afirma, categoricamente, que

“O produto da terra — tudo o que se extrai da sua superfície pela aplicação conjunta do trabalho, equipamento e capital — é dividido pelas três classes da comunidade, quer dizer, o proprietário de terra, o possuidor do capital necessário para o seu cultivo e os trabalhadores que a amanham. Porém, cada uma destas classes terá, segundo o avanço da civilização, uma participação muito diferente no produto total da terra, participação esta denominada respectivamente de renda, lucros e salários; esta situação dependerá principalmente da fertilidade da terra, da acumulação de capital, da densidade da população e da habilidade, inteligência e alfaias aplicadas na agricultura. O principal problema da Economia Política consiste em determinar as leis que regem esta distribuição (...)” (Ricardo, 1965, p. 25).

Essas definições revelam, segundo Coutinho (1993), duas características básicas do sistema teórico de Ricardo. Por um lado, ele pretendia formular leis que, fugindo da lógica teórica que a todo momento combinava indução e dedução, pudessem explicar o funcionamento geral do sistema, mesmo que deduzidas de um número reduzido de hipóteses. Por outro, o objeto de estudo do autor transitava da problemática da riqueza para a questão da distribuição (e do valor), o que o afastava de algumas das preocupações centrais de Smith.

Desse modo, o ponto de partida de Ricardo deixou de ser as condições de multiplicação da riqueza, como era em Smith através da discussão sobre a divisão do trabalho, e passou a ser a distribuição, com o tema da acumulação de capital sendo subordinado às hipóteses sobre valor e distribuição. Nessa lógica, o autor defrontou-se, desde o início, com o problema do valor. No entanto, ao formular sua teoria do valor-trabalho, seu objetivo não era desvendar as origens do mesmo, mas explicar as variações do valor das mercadorias, o que

poderia servir de base para dar sustentação à sua argumentação sobre a distribuição da riqueza.⁷

Em função disso, a análise de Ricardo sobre o valor se transforma quase em um contraponto às idéias de Smith, como pode ser observado já na Seção I, do Capítulo I dos **Princípios**. Nela, o autor afirma que "(...) o valor de um bem, ou seja, a quantidade de qualquer outro bem com o qual se possa trocar, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para produzir e não da maior ou menor remuneração auferida por este trabalho" (Ricardo, 1965, p. 31). Isso significa que o valor deve ser entendido como proporção da troca, que ele depende do trabalho contido na mercadoria e, finalmente, que o valor não depende da remuneração do trabalho, mas da quantidade de trabalho em si.

Desse modo, nota-se que a teoria do valor de Ricardo procura determinar uma independência entre valor e distribuição, o que lhe permite afirmar que os lucros dependem apenas dos salários, em condições técnicas de produção dadas. Assim, valor significa sempre a proporção em que as mercadorias são trocadas umas pelas outras, o que explica um certo desinteresse do autor em relação ao valor absoluto⁸.

Inicialmente, Ricardo critica a ambigüidade de Smith, refletida nas concepções de trabalho contido e de trabalho comandado. Com relação ao princípio do trabalho contido, o autor diz que o mesmo pode ser perfeitamente aplicado às trocas capitalistas, pois o fato de parte do trabalho incorporado na mercadoria não voltar para quem a produziu não altera em nada o seu valor, porque esse valor depende sempre do tempo de trabalho necessário à produção da mercadoria.

Para Ricardo, a dificuldade que tanto atormentou Smith (o salário do operário não comprava inteiramente o produto de seu trabalho) não tinha razão de ser, uma vez que esse problema dizia respeito à distribuição do produto e não à determinação do seu valor.

Com relação ao trabalho comandado, Ricardo explicita sua controvérsia com Smith dizendo que ele

"(...) tão corretamente definiu a origem do valor de troca, e que com consistência sustentou que todas as coisas se tornam mais ou menos

⁷ Segundo Coutinho (1993), a crítica ricardiana baseou-se em uma incompreensão do verdadeiro significado das concepções de riqueza e valor presentes em **A Riqueza das Nações**, expressando, sobretudo, a resposta de Ricardo a problemas pertinentes a seu universo. De qualquer modo, a teoria ricardiana do valor não poderia desenvolver-se senão em oposição aos preceitos smithianos, tal como entendidos por Ricardo.

⁸ "Como a investigação para a qual desejo chamar a atenção do leitor tem por objeto o efeito nas variações no valor relativo dos bens, e não no seu valor absoluto, terá pouco interesse examinar a escala de valores para as diferentes categorias do trabalho humano." (Ricardo, 1965, p. 42).

valiosas na proporção do maior ou menor trabalho aplicado na sua produção, acabou estabelecendo uma outra medida-padrão de valor e refere-se a coisas mais ou menos valiosas na proporção em que se trocarem por mais ou menos desta medida-padrão. Como padrão de medida, por vezes fala do trigo, outras do trabalho, não da quantidade de trabalho necessária à produção de um bem, mas antes da quantidade de trabalho que com esse bem se pode obter no mercado" (Ricardo, 1965, p. 34).

Dessa forma, o autor percebe que o problema dessa medida se confunde com o princípio do trabalho comandado, transparecendo claramente a contradição entre este e o princípio do trabalho contido.⁹

A seguir, Ricardo questiona também o princípio do trabalho enquanto medida invariável de valor, dizendo que,

"(...) se a remuneração do trabalhador fosse sempre proporcional ao que ele produz, a quantidade de trabalho utilizada na produção de um bem e a quantidade de trabalho que esse bem pode adquirir seriam iguais, e ambas mediriam com exatidão as variações nas outras coisas. Mas não são iguais: a primeira é, freqüentemente, um padrão invariável que indica corretamente as alterações nas outras coisas; a segunda está sujeita a tantas flutuações como os bens que se compram com ela" (Ricardo, 1965, p. 34).

Assim, conclui que o valor do trabalho é tão variável quanto o valor de uma outra mercadoria qualquer, uma vez que o preço dos bens de subsistência com os quais são gastos os salários sofre os mesmos efeitos que afetam a produção das mercadorias em geral.¹⁰ Isso implica que a noção de trabalho comandado, subentendendo uma medida invariável de valor, é equivocada.

Esse questionamento é elucidado através do conhecido exemplo da caça e da pesca, pois, "(...) se existisse outro bem cujo valor fosse invariável, poderíamos analisar, por comparação com o valor da caça e da pesca com tal mercadoria, a parte da variação que deveria ser atribuída a uma causa que afetava o valor da caça e a parte relativa a uma causa que afetava o valor da pesca" (Ricardo,

⁹ "(...) como se estas duas expressões fossem equivalentes e como se, tendo duplicado a eficiência do trabalho de um homem, podendo este, portanto, produzir o dobro da quantidade de um bem, ele recebesse necessariamente o dobro da quantidade inicial em troca do seu trabalho." (Ricardo, 1965, p. 34).

¹⁰ Por isso, diz Ricardo, "(...) não é correto afirmar, como Adam Smith, que, como o trabalho pode comprar uma quantidade de bens, umas vezes maior, outras vezes menor, o que varia é o valor destes e não o do trabalho e, por conseguinte, sendo o valor do trabalho o único que não varia, ele é o padrão real e exato por meio do qual se pode calcular o valor de todos os bens, em qualquer momento e local" (Ricardo, 1965, p. 37).

do, 1965, p. 48). Nesse caso, seria possível verificar corretamente em qual das mercadorias houve alteração do valor. No entanto, segundo o autor, é impossível existir tal medida porque não há nenhum bem que não esteja exposto às mesmas variações que as coisas cujo valor se pretende calcular, isto é, não há nenhum bem que não seja suscetível à necessidade de mais ou menos trabalho para a sua produção. Mesmo assim, o princípio do valor conforme o trabalho contido na mercadoria foi mantido, apesar de Ricardo não ter encontrado no mundo das mercadorias aquela que servisse de padrão invariável de medida.

De qualquer maneira, esse fato não tira o mérito das formulações de Ricardo em dois pontos centrais. Por um lado, ao reafirmar a proposição da quantidade de trabalho necessária para produzir as mercadorias enquanto elemento regulador das trocas e determinante do valor das mesmas, o autor põe em questão os pressupostos da corrente de pensamento econômico que pretendia transformar a utilidade e a lei da oferta e da procura em fontes básicas do valor. Por outro, ao derivar as relações de troca das condições de produção, Ricardo esclarece que a diferença entre valor do trabalho e valor do produto do trabalho influi na distribuição do produto e não no seu valor e, com isso, fecha o espaço para possíveis explicações sobre a criação do valor no momento da distribuição da riqueza.

2.3 - Síntese crítica sobre as formulações dos “clássicos”

As formulações dos “clássicos”, especialmente de Smith e de Ricardo, representam um marco na teoria econômica pelo fato de terem como fundamento do valor das mercadorias e como essência da base de acumulação capitalista não o caráter determinado e específico deste ou daquele trabalho, como a atividade comercial para os mercantilistas ou o trabalho agrícola para os fisiocratas, mas o trabalho humano em geral. Assim, pode-se dizer que Smith foi o primeiro a falar explicitamente em termos de valor-trabalho e a tomar o trabalho produtivo como ponto de partida para a análise do desenvolvimento da riqueza.¹¹

Nesse sentido, após terem sido descritas as linhas gerais da teoria do valor de cada um dos autores considerados nos itens anteriores, resta, a partir de agora, fazer-se uma análise crítica relativamente aos problemas sobre a

¹¹ “Depois de terem sido declaradas, como as verdadeiras fontes de riqueza, as formas particulares do trabalho real, agricultura, manufatura, navegação, comércio, etc., sucessivamente, Adam Smith afirmou que o trabalho em geral, a saber, no conjunto de sua figura social, como divisão do trabalho, é a única fonte de riqueza material ou dos valores de uso.” (Marx, 1982, p. 51).

determinação do valor observados em cada uma das formulações clássicas, iniciando-se pela discussão da obra **A Riqueza das Nações**.

Nessa obra, Smith trata de temas que vão desde o direito à propriedade, a necessidade de padrões para os contratos, a fixação de uma unidade subjetiva e pessoal do valor até o princípio do **trabalho comandado**, que acompanha toda a sua obra e expressa o sentido da sociabilidade nas sociedades mercantis. Esse princípio é defendido até o final, mesmo se sabendo que essa unidade se rompe nas sociedades capitalistas ao se estabelecerem relações de troca de trabalho por mais trabalho, ou seja, a identidade entre o princípio subjetivo do valor e o poder de compra (esforço *versus* remuneração) desfaz-se, dando origem ao lucro. Segundo Coutinho (1993), mesmo quando os preços já não representam apenas trabalho, Smith ainda refere o valor real das diversas partes componentes do preço ao trabalho que com elas se pode comandar, permanecendo o trabalho comandado como a real medida de valor, independentemente da assimetria existente entre o esforço e o poder de comando.

Dessa maneira, toda a discussão sobre a medida real de valor de troca das mercadorias acaba sendo reduzida à quantidade de bens que uma determinada unidade de trabalho é capaz de adquirir ou comandar, o que quase equivale, segundo Belluzzo (1998), a um retorno à concepção fisiocrática, em que o trabalho é apresentado sob sua forma mais imediata, de unidades físicas de trabalho, de trabalho útil, tendo razão Marx ao acusar seus precursores clássicos de permitirem que os traços da produção especificamente capitalista se diluíssem nas formas eternas da produção como atividade natural do homem.¹²

Essa lógica explicativa de Smith começou a ter dificuldades quando ele tentou transpor seu raciocínio para a sociedade capitalista, onde os meios de trabalho pertencem a uma classe, e a força de trabalho, a outra. Deve-se reconhecer, entretanto, que o autor se dá conta dessa discrepância, apesar de não ter tirado daí conclusões importantes para o enunciado da sua lei do valor. Assim, diz ele,

“(...) no momento em que o patrimônio ou o capital se acumulou nas mãos de pessoas particulares, algumas delas naturalmente empregarão esse capital para contratar pessoas laboriosas, forne-

¹² Essa afirmação também é compartilhada por Bianchi (1981), quando diz que Smith fica enrolado com algumas partes obscuras e complexas de sua teoria do valor, o que o impede de se libertar em definitivo da herança fisiocrática, pois, na sua determinação de trabalho produtivo, tende a privilegiar o trabalho agrícola, caindo no mesmo erro dos fisiocratas de pretender explicar, através dos elementos naturais, os caracteres históricos específicos de um determinado sistema produtivo.

cendo-lhes matérias-primas e subsistência a fim de auferir lucro com a venda do trabalho dessas pessoas ou com aquilo que este trabalho acrescenta ao valor desses materiais” (Smith, 1988, p. 49-50).

Apesar de o autor ter tido a intuição de que por trás das relações de troca iguais existia uma relação de troca particular que dava origem ao lucro, ele não aprofundou suas análises nesse ponto, porque

“(...) não chega a distinguir a troca de mercadorias por trabalho da troca simples de mercadoria por mercadoria; mas as bases da idéia marxista da exploração, como mais-trabalho e não simplesmente como mais-produto, são postas. Com isso, tem-se uma das primeiras tentativas de dar um caráter social às categorias econômicas, tentativa que se tornará o ponto de partida de Marx” (Bianchi, 1981, p. 21).¹³

Esse dilema estabelecido no princípio do trabalho comandado abre caminho para o autor expor seu ponto de vista sobre a origem e a natureza do lucro. Assim,

“(...) ao trocar-se o produto acabado por dinheiro ou por trabalho, ou por outros bens, além do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais e salários dos trabalhadores, deverá resultar algo para pagar os lucros do empresário pelo seu trabalho e pelo risco que ele assume ao empreender esse negócio. Nesse caso, o valor que os trabalhadores acrescentam aos materiais desdobra-se, pois, em duas partes ou componentes, sendo que a primeira paga os salários dos trabalhadores, e a outra, os lucros do empresário, por todo o capital e os salários que ele adianta no negócio” (Smith, 198, p. 50).

Nesse caso, nota-se que Smith, ao refutar a origem do lucro no processo de trocas de mercadorias, destaca um aspecto fundamental da economia capitalista, ou seja, que a quantidade de trabalho que o trabalhador deve despendar no processo de produção das mercadorias precisa ser maior que aquela quantidade necessária para o pagamento dos salários e dos meios de produção utilizados, porque ela necessita pagar também os lucros do empresário. Com isso, conclui que a origem do lucro está na dedução feita pelo capitalista sobre o salário do trabalhador.

¹³ Marx (1987) diz que um dos méritos de Smith consiste em ter, pelo menos, percebido que, relativamente à troca entre capital e trabalho, na lei do valor existia uma grande lacuna; embora não estivesse em situação de explicá-la, ele vê que essa lei é de fato abolida no seu resultado.

Após realizar esse percurso teórico, é surpreendente a meia-volta que o autor dá ao afirmar que

“(...) o preço ou valor de troca de todas as mercadorias que constituem a renda anual completa de um país é decomposto ou em salários pelo trabalho, ou como lucros do capital investido, ou como renda da terra. Assim, salários, lucro e renda da terra são as três fontes originais de toda a receita ou renda, e de todo o valor de troca” (Smith, 1988, p. 53).

Qual a origem dessa incoerência? Ela está na manutenção da igualdade entre o valor do trabalho e o valor do produto do trabalho para uma sociedade capitalista, pois esse princípio só era válido para as sociedades compostas por produtores independentes.

Desse modo, Smith compromete suas formulações sobre a origem do lucro e também sobre a renda da terra, além de aprofundar a confusão quando afirma que trabalho, capital e terra são, ao mesmo tempo, fonte da renda e do valor. Com isso, segundo Belluzo (1998), a teoria do valor-trabalho, na forma que Smith a propôs, acaba se reduzindo a uma ingênua e inaceitável teoria do custo de produção, ao não cumprir a promessa de determinar, simultaneamente, o valor das mercadorias e a participação dos agentes produtivos no valor criado.

Assim, se, por um lado, Smith percebe que a questão-chave do sistema de produção capitalista está na troca entre o trabalho objetivo nos produtos e o trabalho vivo, antecipando, inclusive, os traços centrais que uma teoria do valor-trabalho deveria conter no capitalismo — os quais somente seriam desenvolvidos no âmbito do pensamento marxista —, por outro lado, não consegue desenvolver uma teoria em que o valor das mercadorias dependa da quantidade de trabalho¹⁴ nelas contidas. Daí a razão de sua persistência no princípio do trabalho comandado, que, se serve para ressaltar o caráter do processo de acumulação do capital, não se traduz em uma fundamentação teórica adequada do valor, conforme se verá a seguir na discussão sobre **Princípios de Economia Política e de Tributação**.

Nessa obra, Ricardo desenvolve uma formulação mais completa das relações de troca, dando uma conotação mais rigorosa ao **princípio do trabalho contido** — exposto e abandonado por Smith —, afirmando que esse princípio pode ser aplicado, tanto em uma sociedade mercantil simples como em uma sociedade capitalista, pois o fato de que parte do trabalho não volta para

¹⁴ Segundo Bianchi (1981), em Smith, a aplicação do princípio da quantidade de trabalho às leis capitalistas da troca configura-se como princípio do “trabalho dominado”, o que comporta que o elemento determinante dos valores seja o “valor do trabalho”. Precisamente sobre essa formulação é que incidirá grande parte da crítica ricardiana.

quem produziu a mercadoria não altera nada, porque o valor dessa mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção.

No entanto, é preciso deixar claro, desde logo, que, para o autor, “valor” se reduz ao problema da “medida de valor”, ficando intrínseco o caráter meramente instrumental do trabalho na teoria do valor ricardiana. É por essa razão que, ao sustentar a hipótese do trabalho contido, ele acaba burlando o princípio elementar de qualquer teoria do valor: o princípio da troca de equivalentes¹⁵, sobretudo no intercâmbio entre capital e trabalho. Esse fato, segundo Belluzzo (1998), significa um retorno de Ricardo pela porta dos fundos do erro de Smith, e a razão disso está na forma pela qual o trabalho é conduzido à posição de medida de valor em substituição ao trigo.

Esse “retorno pela porta dos fundos”, na verdade, diz respeito à postura de Ricardo em relação à intuição de Smith sobre o segredo da acumulação e do desenvolvimento capitalista, ou seja, sobre a origem da mais-valia tal como ela se produz na relação entre capital e força de trabalho e se realiza através dos mecanismos da troca. Esse problema, já presente na obra de Smith, sequer é repostado por Ricardo. Assim, em função da insensibilidade ricardiana relativamente ao problema da troca capitalista direta com trabalho vivo, sua análise não consegue transpor os obstáculos deixados em aberto pela teoria smithiana¹⁶, ficando limitada à constatação de um fato sem dar maiores explicações sobre “por que e como” o mesmo ocorre.

Entretanto, a despeito das lacunas teóricas que debilitam a própria teoria do valor, o mérito de Ricardo consiste em não ter caído na mesma armadilha de Smith, que afirmava que lucros, salários e renda fundiária eram fontes de toda riqueza e de todo o valor. Ricardo, ao derivar as relações de troca das condições de produção, impede a formulação de princípios teóricos que atribuam ao momento de distribuição da riqueza a função de criação de valor. Além disso, como já foi dito anteriormente, ele esclarece que a diferença entre valor do trabalho e valor do produto do trabalho influi sobre a distribuição do produto e não sobre o seu valor.

Porém as dificuldades da teoria ricardiana do valor-trabalho expressam-se com maior intensidade quando Ricardo desenvolve seus princípios sobre a origem e a natureza do excedente, que Marx chamou de mais-valia, porque

¹⁵ Na verdade, Ricardo percebe que a quantidade de mercadorias que o trabalhador adquire sob a forma de salários é menor que o produto de seu trabalho, mas não aprofunda a discussão sobre os motivos que levam à existência dessa troca desigual.

¹⁶ Essa questão só seria resolvida posteriormente por Marx, quando ele esclarece que não é o trabalho na sua forma objetivada em produto ou em salário que é contraposto ao capital, mas, sim, a força de trabalho vivo que se troca com o capital, segundo quantidades de trabalho necessárias à sua reprodução.

caracteriza a especificidade do modo de produção capitalista. Em Smith, o trabalho produtivo — entendido como o trabalho que, ao mesmo tempo, reproduz o próprio valor e deixa um excedente que vai se decompor nos lucros dos capitalistas e na renda — é a base da riqueza. Já Ricardo, procurando fundamentar uma teoria do valor que fosse capaz de explicar o processo de acumulação capitalista, retoma a análise smithiana e, de forma análoga, concebe a diferença entre o valor do produto e o valor do salário como um “excedente”, sem desenvolver adequadamente a questão. Por um lado, não concebe esse excedente como mais-trabalho, conforme havia intuído Smith (daí seu limite em compreender a problemática smithiana em toda a sua extensão), e, por outro, ao não compreender satisfatoriamente a origem e a natureza desse novo valor criado pelo operário além do necessário para cobrir o salário, tende a identificar esse valor como o lucro do capitalista.¹⁷

Essa noção de lucro como excedente só seria possível mediante a supressão do princípio da equivalência no momento crucial da troca entre capital e trabalho. Decorre daí que, tanto o valor do trabalho como o lucro enquanto rendimento do capital seriam explicados a despeito da teoria do valor.

“O fato de esse excedente sobre o consumo necessário ser medido pela quantidade de trabalho gasto em sua produção não altera os termos do problema, pois da mesma forma que o trabalho é incluído, de um lado e de outro, nas equações de troca, apenas por sua qualidade técnica de insumo indispensável para a atividade produtiva em geral, também o lucro aparece como um excedente derivado de inexplicadas virtudes técnicas abrigadas por algum dos elementos do processo produtivo. Atribuí-las à terra, ao trabalho, aos instrumentos de produção, ou a todos eles conjuntamente, é uma questão de preferência e não de teoria.” (Belluzzo, 1998, p. 52).

Assim,

“(...) as carências teóricas da análise ricardiana do valor, que podem ser consideradas, por um lado, como a identificação da forma capitalista do trabalho com toda a forma social do trabalho, e, por outro, a assunção da categoria do trabalho, em relação ao capital, unicamente na sua forma objetivada e sem consideração do papel que a capacidade laboral humana como força viva desempenha no processo de produção, impedem essa teoria do valor-trabalho de superar as dificuldades no momento em que tenta explicar a dinâmica

¹⁷ Somente Marx faz uma formulação completa sobre a origem do excedente como mais-valia, que, coerentemente com tal origem, não se refere a todo o capital empregado, mas apenas à parte do capital que se transforma em salários.

global da relação entre trabalho e capital no processo de produção” (Bianchi, 1981, p. 67).

Em síntese, pode-se dizer que a teoria ricardiana do valor-trabalho, apesar de identificar o erro da teoria smithiana, perdeu a chance de se ligar, de forma coesa, à complexa dinâmica das relações sociais capitalistas, em particular à origem do excedente. Além disso, essa teoria tem um caráter analítico essencialmente instrumental, como demonstram a discussão sobre a origem do valor em termos puramente físicos e o próprio objetivo teórico geral de Ricardo, que consistia em estudar a distribuição do produto bruto entre as classes sociais.

3 - A teoria marxista do valor-trabalho

Os autores “clássicos”, ao tomarem o trabalho como base do valor, não distinguiram a dupla função desempenhada pelo mesmo no modo de produção capitalista, ou seja, a de ser origem e essência do valor e a de ser trabalho-mercadoria.

Com Marx, o conceito clássico do valor-trabalho sofre uma reformulação definitiva, pois o autor mostra o equívoco dos precursores ao desvendar que não é o trabalho que é trocado por outra mercadoria, mas a “capacidade de trabalho” (trabalho em potência ou trabalho ainda a realizar). Com essa descoberta de Marx e com o fim da oposição simples do trabalho ao capital, sem qualquer especificação, abriu-se o caminho para a explicação do valor a partir do valor de troca das mercadorias baseado na quantidade de trabalho necessário à produção das mesmas, ou, de outra forma, a troca entre trabalho objetivado (morto) e trabalho vivo, que o próprio Smith já havia detectado.

Entretanto, segundo Belluzzo (1998), a investigação marxista parte de uma pergunta muito diferente. Enquanto a indagação clássica se prende ao conceito abstrato de valor, Marx simplesmente se pergunta em que condições o produto do trabalho humano assume a forma-valor. Parte, portanto, do princípio de que o homem é quem produz sua própria existência, sendo o trabalho o único meio de fazê-lo. Assim, o objetivo da investigação marxista não é o valor, mas a **mercadoria**, considerada essencial para desvendar os mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista.

3.1 - Os fundamentos da crítica marxista à teoria do valor clássica

Marx qualifica o debate mostrando que não é o trabalho (na sua forma de produto, conforme anunciado pelos "clássicos") que está em contraposição ao capital, mas, sim, a força de trabalho, que é trocada com o capital por um valor capaz de garantir a própria reprodução dessa força de trabalho e produzir novos produtos.

Deve-se recordar que Marx inicia sua obra diferenciando valor de uso e valor de troca para, em seguida, distinguir o próprio trabalho (trabalho concreto e trabalho abstrato). Os valores de uso só se realizam com a utilização ou o consumo e constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela, além de serem, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca. Já o valor de troca revela-se na relação quantitativa em que se trocam valores de uso de espécies diferentes, relação esta que muda constantemente no tempo e no espaço. Assim, como valores de uso, as mercadorias são de qualidades diferentes e, como valores de troca, só podem diferir na quantidade.¹⁸

Para Marx, não só a mercadoria — forma particular em que se apresentam os produtos do trabalho no capitalismo — é a unidade de valor de uso e de valor, mas essa unidade é fundada na oposição dos dois pólos que a compõem. Decorre daí que a correta distinção desses dois pólos é decisiva para a compreensão das relações de produção capitalista, uma vez que os valores de uso, enquanto produtos do trabalho de produtores privados, não são úteis socialmente, porque não satisfazem diferentes necessidades da sociedade de forma imediata. Isso só ocorre através da troca, momento em que esses valores de uso sofrem uma primeira metamorfose, pois despoem-se de sua veste material e tornam-se, enquanto mercadorias, iguais a qualquer outro bem de uso, assumindo idêntica qualidade de valores de troca e diferindo uns dos outros apenas quantitativamente. Assim,

“(...) ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecendo-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto; elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. Então esses produtos passam a representar apenas a força de trabalho humana, o

¹⁸ Segundo Bianchi (1981), para Marx, a análise da mercadoria como existência molecular do capital revela uma dupla realidade: por um lado, a mercadoria é sempre unidade de valor de uso e valor de troca, e, por outro, o trabalho, no processo de produção capitalista, é unidade de trabalho útil e trabalho abstrato, de produção técnica e de valorização do capital.

trabalho que se armazenou neles. Portanto, um bem só possui valor porque nele está materializado o trabalho humano abstrato" (Marx, 1975, p. 44-45).¹⁹

É a partir desse ponto que começa a sobressair a falta de conexão entre a teoria clássica e a teoria marxista, sobretudo nas formulações de Ricardo, uma vez que esse autor não distingue o trabalho individual do trabalho social e nem o trabalho concreto do trabalho abstrato, o que reduz a discussão do valor a quantidades físicas de trabalho contido. Com isso, perde-se a essência, segundo a visão marxista, de demonstrar como se forma o valor, como o trabalho individual se transmuta em social e como esses fatos ajudam a elucidar os fenômenos econômicos. Assim, a crítica marxista vai no sentido de mostrar que os autores "clássicos" ficaram presos à simples determinação da grandeza do valor, ao não considerarem o trabalho como resultado de um processo que vai do individual até o social. Desse modo, segundo Bianchi (1981), não se pode sequer falar em trabalho contido como fundamento das trocas de mercadorias quando esse trabalho não for reconduzido à categoria de trabalho abstrato, o qual cria, de fato, a homogeneidade qualitativa das mercadorias e, por isso mesmo, permite a formação do valor de troca em seu aspecto quantitativo.

O duplo caráter do trabalho é o ponto central que diferencia Marx dos autores anteriores. Para ele, o trabalho humano que assume valor de troca nas sociedades capitalistas é um trabalho social igualado, porém não como um dado natural, mas como resultado histórico advindo das relações sociais de produção. Dessa forma, Marx chega ao conceito de trabalho abstrato, distinguindo o trabalho humano como elemento natural da produção e como elemento do capital. Mais precisamente, chega à definição desse tipo de trabalho porque faz as mediações teóricas entre o trabalho humano, como fator natural da produção, e o trabalho na sua forma histórica, como produto e elemento do capital.

3.2 - A mutação do trabalho: o "pulo do gato" de Marx

Como se viu anteriormente, o trabalho era considerado pelos "clássicos" simplesmente como uma unidade física imediata, sendo visto, inclusive, como algo indiferente às mercadorias. Marx, ao contrário, faz a crítica da economia clássica tentando compreender o significado do valor a partir das leis gerais do sistema capitalista. Decorre daí que o objeto de estudo de Marx não é o valor, mas a mercadoria, porque nela se encontra o resultado (produto) do trabalho

¹⁹ Isso mostra que a sociabilidade no modo de produção capitalista não é um dado, mas o resultado de relações sociais contraditórias. Logo, essa sociabilidade afirma-se como um processo de metamorfoses antagônicas entre o individual e o social.

humano. Dessa formulação, o autor tira uma primeira conclusão importante: o trabalho não é valor, mas, sim, o seu fundamento.

Segundo Belluzzo (1998), a mercadoria é analisada sob a ótica de uma sociedade composta por produtores e bens que são produzidos para a troca. Nesse caso, para cada produtor, seu produto aparece apenas e tão-somente como fruto de seu trabalho e como utilidade para os outros, do mesmo modo que suas necessidades são supridas pelo produto do trabalho dos outros. A mercadoria, entretanto, é útil, primeiramente, para satisfazer as necessidades pessoais (valor de uso), mas também pode ser trocada por outras mercadorias (valor de troca) em determinadas proporções. Porém as proporções em que as mercadorias são trocadas não são determinadas pela quantidade de trabalho gasta por um trabalhador de forma isolada, tendo em vista que os diferentes tipos de mercadorias são produto do trabalho de diversas pessoas que vivem em várias partes do mundo. E é através da troca que todas as mercadorias se reduzem a um padrão monetário único, processo este que permite definir o valor também como um conceito qualitativo, uma vez que ele expressa uma relação social de produção que contém uma variedade de formas, as quais dependem das condições sociais e históricas da sociedade.

Para Marx (1975), o caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria provém dessa própria forma, porque a igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma de igualdade dos produtos como valores. A mercadoria é misteriosa porque encobre características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais, porque oculta a relação social entre os trabalhos individuais e o trabalho geral. Esse fato foi denominado como sendo o **fetichismo da mercadoria**, o qual decorre do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias.²⁰

Isso significa, de acordo com Belluzzo (1998), que a produção para a troca transforma cada produtor individual num órgão do trabalho social, onde o trabalho de cada um se dissolve no trabalho social e, a partir daí, vira a substância do valor. Nesse caso, o trabalho concreto (aquele que cria valor de uso) é colocado em uma posição subordinada, tornando-se um instrumento do trabalho

²⁰ A teoria marxista do “fetichismo das mercadorias” consiste em considerar que, por trás das relações entre coisas, existem relações humanas. Assim, o fetichismo da mercadoria considera a intercambialidade das mercadorias como sendo uma propriedade interna e natural das próprias mercadorias. Com isso, Marx mostra que, além de as relações humanas serem encobertas por relações entre coisas, as relações sociais de produção assumem, inevitavelmente, a forma de coisas e não podem se expressar senão através dessas coisas.

social, cuja sociabilidade resulta do processo de troca, em que a mercadoria, como produto desse trabalho social, se exprime como valor.²¹

Como as trocas não são determinadas pela quantidade de trabalho gasta por um produtor individualmente, tendo em vista que essa quantidade é apenas uma fração (parte) do trabalho de todos que é consumido pela sociedade, Marx mostra que o valor de troca das mercadorias não é definido pelo esforço isolado de cada produtor, mas, sim, pelo conjunto de produtores. Isso significa, de algum modo, que a produção para a troca transforma o trabalho individual em um componente do trabalho social. Dessa maneira, pode-se dizer que a troca transforma os diferentes tipos de trabalho em equivalentes, sendo que essa transformação é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário (trabalho gasto, em média, pela sociedade para produzir as mercadorias) e exprime uma relação entre os diversos tipos de trabalho. Porém essa média não advém da produtividade individual, mas da produtividade média da sociedade, que é encontrada no mercado através dos movimentos de oferta e de procura das mercadorias.

A partir daí, Marx desvenda a forma e as condições em que o trabalho é conduzido à posição de valor. Nesse momento, surge a questão central da teoria do valor marxista, ou seja, a distinção entre os tipos de trabalho (concreto e abstrato), pois, da mesma forma que a mercadoria — que possui valor de uso e valor de troca —, o trabalho materializado nas mercadorias também tem um duplo caráter: “(...) quando se expressa como valor, não possui mais as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valores de uso” (Marx, 1975, p. 48). Porém ambos os tipos de trabalhos são um e o mesmo trabalho incorporado na mercadoria.

Observando que o elemento comum em todas as coisas é o trabalho humano, Marx diz que o trabalho se decompõe, durante o processo de trocas, em duas categorias: (a) o trabalho individual vira trabalho social (trabalho de todos e que é representado pelo desprendimento de energia); (b) o trabalho concreto (trabalho que diferencia os trabalhadores pela destreza e habilidade) transforma-se em trabalho abstrato (surge através da troca e representa a igualação social das diferentes formas de trabalho), isto porque, na troca, os valores de uso concretos e as formas concretas de trabalho são inteiramente abstraídas. Com isso, Marx conclui que a transformação do trabalho individual em trabalho social (aspecto quantitativo) revela o aspecto qualitativo do processo concreto para o abstrato.

²¹ Marx diz que “(...) todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob uma forma especial para um determinado fim e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso” (Marx, 1975, p. 54).

Para Marx,

"(...) os homens não estabelecem relações entre os produtos de seu trabalho como valores, por considerá-los simples aparência material do trabalho humano de igual natureza. Ao contrário. Ao igualar, na permuta, como valores, seus diferentes produtos, igualam seus trabalhos diferentes, de acordo com sua qualidade comum de trabalho humano. Fazem isso sem o saber (...); e dessa forma, (...) o valor transforma cada produto do trabalho humano num hieroglifo social, que os homens procuram decifrar seu significado" (Marx, 1975, p. 82-83).

4 - Considerações finais

A preocupação básica deste ensaio esteve centrada na busca dos pressupostos teóricos necessários para compreender adequadamente as formulações da "escola clássica" sobre a teoria do valor-trabalho, confrontando-as com as formulações teóricas marxistas, no sentido de esclarecer as principais divergências entre as duas escolas de pensamento, ao mesmo tempo em que se procurou afirmar a existência de uma teoria do valor na obra de Marx.

A análise desenvolvida permite afirmar com clareza e segurança que a obra de Marx, no que diz respeito ao valor, significa uma nova teoria, comparativamente às formulações dos economistas "clássicos" que o precederam. Nesse sentido, tende-se a endossar as posições de Bianchi (1981), quando diz que a teoria marxista do valor representa a mais elevada explicação sobre valor-trabalho, o que lhe confere um destaque especial, que significa uma interrupção com as formulações do passado e a construção de um ponto de vista totalmente diferente daquele que o precedeu.

Dentre os vários aspectos que justificam essa posição, destacam-se:

- a) na análise clássica, a troca era concebida sempre como uma troca de trabalho por outra mercadoria. Com isso, na determinação do valor, apareciam também os elementos do próprio capital, os quais acabavam por assumir um papel autônomo contraposto ao trabalho. Em Marx, essa contraposição do trabalho ao capital desaparece, uma vez que apenas o trabalho é o elemento portador de valor, ou seja, somente o trabalho humano vivo tem a capacidade de criar valor, isto porque, na teoria marxista, o problema da medida do valor e da causa do valor é o mesmo;
- b) na análise clássica, é o trabalho em forma de produto que está sendo trocado ou contraposto ao capital. Já na perspectiva da teoria marxista, essa troca possui características particulares que não estão presentes

- na troca genérica de mercadoria por mercadoria. Isto porque Marx diferencia trabalho de “força de trabalho” ou “capacidade de trabalho”;
- c) na teoria clássica, não se percebe nenhuma distinção entre o trabalho individual (privado) e o trabalho social. Ao contrário, não há naquele arcabouço teórico nenhuma referência às relações sociais de produção que estavam escondidas e que acabavam alienando o trabalho. Em Marx, o elemento decisivo é o trabalho social, tendo em vista que o valor da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução, sendo justamente o trabalho social total o responsável pela geração da massa de valor que é repartida entre o capital e o trabalho;
- d) os “clássicos”, particularmente Ricardo, ficaram presos à idéia de se encontrar uma unidade que pudesse determinar a grandeza física do valor. Marx, ao contrário, demonstra, com a sua teoria, que o aspecto qualitativo é o mais importante, uma vez que a medida da grandeza do valor em sua obra é dada pela unidade temporal do trabalho socialmente necessário (por isso, já reduzido à igualdade com os outros trabalhos) para a sua reprodução;
- e) Marx também se diferencia dos clássicos no âmbito filosófico, sobretudo da concepção smithiana, que é caudatária da tradição utilitarista inglesa. Marx, ao contrário, é inteiramente hostil ao princípio do interesse, dizendo que a divisão do trabalho se articula no âmbito das relações sociais de produção. Com isso, o “homem econômico” smithiano nada tem a ver com o princípio marxista da sociabilidade.

Em síntese, pode-se dizer que, através da teoria do valor, Marx desvendou os mecanismos e os segredos do funcionamento da sociedade capitalista, ao pôr a descoberto a complexa rede de relações sociais que eram estabelecidas e que davam sustentação ao processo de expropriação entre as classes, o qual subordinava o trabalho ao capital. Assim,

“(...) a redução de todo o trabalho a trabalho abstrato, portanto, a mera capacidade de trabalhar, é que permite ao capital prolongar quantitativamente o tempo de trabalho além do socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho. É o fato de sugar trabalho vivo como mero tempo de trabalho que confere ao capital a possibilidade de obter uma mais-valia durante o processo produtivo que, por isso mesmo, deixa de ser uma simples relação entre *input* e *output* em termos físicos, para se revelar como processo de valorização” (Belluzzo, 1998, p. 105).

No entanto, esse processo de valorização do capital é, ao mesmo tempo, um processo de desvalorização do trabalho, não somente porque o capitalismo desqualifica sistematicamente a força de trabalho, ao dispensar as habilidades

do trabalhador, mas também porque o emprego crescente das máquinas torna a sua presença cada vez mais dispensável. Dessa forma, segundo Belluzzo (1998), o capital é a própria contradição em processo, na medida em que a mesma lei que o compele a uma valorização progressiva acaba determinando um estreitamento da base sobre a qual se apóia esse processo de valorização, ou seja, o trabalho vivo.

Referências

- BELLUZZO, L. G. M. **Valor e capitalismo**: um ensaio sobre a economia política. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998. 146p.
- BIANCHI, M. **A teoria do valor (dos Clássicos à Marx)**. Lisboa: Edições 70, 1981. 139p.
- COUTINHO, M. Adam Smith e o valor. **Literatura Econômica**, v. 9, n. 3, p. 299-325, 1987.
- COUTINHO, M. **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993. 220p.
- DELFAUD, P. **As teorias econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. 117p.
- HUNT, E. K.; SCHERMANN, H. J. **História do pensamento econômico**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000. 218p.
- MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975. liv. 1, v. 1, 579p.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 355p. (Os Economistas).
- MARX, K. **Teorias da mais-valia**. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1987. v. I, 447p.
- MAZZUCHELLI, F. **A contradição em processo**: o capitalismo e suas crises. São Paulo: Braziliense, 1985. 196p.
- NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx**: considerações sobre a história do pensamento econômico. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e de tributação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965. 512p.
- RUBIN, I. I. **A teoria Marxista do valor**. São Paulo: Braziliense, 1980. 293p.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. I-II. (Os Economistas).